

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.627 - SP (2019/0170709-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **OI MOVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ANA TEREZA BASILIO - RJ074802**
BRUNO DI MARINO - SP291596
ALVARO JOSE DO AMARAL FERRAZ RODRIGUES E
OUTRO(S) - SP366224
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE MONTE MOR**
ADVOGADO : **VICTOR FRANCHI - SP297534**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Oi Movel S/A - em recuperação judicial** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 449):

ATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DEMOLITÓRIA.

Antena de telefonia celular construída fora das especificações da Lei Estadual nº 10.995/2001 e sem alvará municipal. Embargo da obra desrespeitado. Preliminar de incompetência da Justiça Estadual afastada, pois não está em discussão matéria atinente à competência da ANATEL, mas, sim, de utilização do solo local e diretrizes municipais de edificação. Sentença que julgou procedente a ação para determinar a demolição da torre ERB mantida. Precedentes desta Corte. Honorários advocatícios majorados, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 1º, 8º, 19 e 74 da Lei 9.472/97; 1º, 3º, 4º, 11 e 17, § 1º, da Lei 11.934/09; 8º e 13 da Lei 13.116/15; e 927, V, do CPC/2015. Sustenta, em resumo, que: (I) o ente municipal não pode exigir autorização sobre aparelhos de telecomunicações licenciados pela ANATEL, e (II) o acórdão viola julgamento proferido pelo Órgão Especial do Tribunal que declarou a inconstitucionalidade da lei estadual.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, verifica-se que a insurgência não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal decidiu a questão posta nos seguintes termos (fls. 452/453):

É incontroverso o descumprimento das disposições contidas na Lei Estadual nº 10.995/2001 que "Dispõe sobre a instalação de antenas transmissoras de telefone celular, no Estado de São Paulo", pois conforme apurado em auto de constatação (fls. 46/47), a base de sustentação da antena não observa as determinações contidas nos artigos 4º e 5º da lei em comento. A alegação de que os moldes em que a ERB foi instalada não importam emissão de radiação em níveis prejudiciais à saúde humana e que a ré possui licença da ANATEL para prestação de serviços de telecomunicações e instalação dos respectivos sistemas de transmissão, não afasta a obrigação do administrado de cumprir as diretrizes urbanísticas locais obtendo alvará para realização de suas edificações. [...]
Em caso semelhante, esta Corte se pronunciou favoravelmente à demolição de antena de ERB edificada em inobservância à legislação municipal, como adiante se vê: [...]
O evidente interesse público na melhoria e ampliação da prestação de serviços de telecomunicações não autoriza a ré a esquivar-se do dever de, também no interesse público, cumprir as normas locais de edificação.

Infere-se, pois, que as matérias pertinentes aos arts. 1º, 8º, 19 e 74 da Lei 9.472/97; 1º, 3º, 4º, 11 e 17, § 1º, da Lei 11.934/09; 8º e 13 da Lei 13.116/15; e 927, V, do CPC/2015 não foram apreciadas pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Ademais, é certo que o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*").

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de

Superior Tribunal de Justiça

honorários advocatícios equivalentes a 10% (dez por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator